

# ANALISE DO INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL DOS MUNICIPIOS DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE TAIÓ

Juliana Kestring Machado<sup>1</sup>  
Luiz Alberto Neves<sup>2</sup>

## Resumo

O presente estudo objetiva levantar e analisar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal dos municípios que compõem a Agência de Desenvolvimento de Taió (IDHM). A pesquisa foi desenvolvida no primeiro semestre de 2017, vinculada ao desenvolvimento, trabalho e estrutura, do programa de Pós-Graduação *Lato Sensu*, do curso de Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (SED/SC), por meio do Fundo de Apoio à Manutenção a ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES). O objetivo geral da investigação é analisar o IDHM dos municípios da Agência de Desenvolvimento Regional de Taió no período de 1991 a 2010 com intuito de verificar se houve evolução desse indicador em cada município estudado da Agência em questão. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental e bibliográfica de autores e instituições que abordam o tema.

**Palavras-Chave:** Indicador. Agência de Desenvolvimento Regional. IDHM. Desenvolvimento sustentável.

## Abstract

The present study aims at raising and analyzing the Municipal Human Development Index of the municipalities that make up the Development Agency of Taió (IDHM). The research was developed in the first half of 2017, linked to the development, work and structure of the postgraduate studies *Lato Sensu*, from the Specialization Course on Sustainable Regional Development, from the Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), in partnership with the Secretary of Education of the State of Santa Catarina (SED/SC), through the Fundo de Apoio à Manutenção a ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES). The general objective of the research is to analyze the IDHM of the municipalities of the Regional Development Agency of Taió from 1991 to 2010 in order to verify if there was evolution of this indicator in each municipality studied of the Agency in question. As an instrument of data collection was used the documentary and bibliographical research of authors and institutions that approach the theme.

**Key-words:** Indicator. Agency for Regional Development. IDHM. Sustainable development.

---

<sup>1</sup>Especialista em Desenvolvimento Regional Sustentável. Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). juli\_km@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor Orientador. Graduado em Economia, Mestre em Desenvolvimento Regional. Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI). seven@unidavi.edu.br.

## 1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável é um conceito de certa forma recente na literatura mundial, surgindo a partir do conceito de ecodesenvolvimento proposto na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade de Estocolmo na Suécia em 1972, ou seja, um conceito com “apenas” 45 anos de existência, período esse curto quando se considera a história econômica mundial.

O desenvolvimento sustentável é definido como a forma de suprir as necessidades da geração presente sem comprometer a qualidade de vida e necessidades das gerações futuras, ou seja, fazer hoje pensando no amanhã.

Na época do surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, ou seja, entre as décadas de 70 e 80, as abordagens atrelavam o desenvolvimento apenas ao crescimento da renda, medidos por indicadores como o PIB (Produto Interno Bruto). Desse feito criou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que passou a não incluir somente a renda como parâmetro de desenvolvimento, mas também saúde e educação.

Assim sendo, o tema abordado neste estudo será: análise do indicador Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios que compõem a Agência de Desenvolvimento Regional de Taió.

A escolha do tema justifica-se pela relevância da análise dos resultados desse indicador que poderá auxiliar na tomada de decisões futuras por parte dos dirigentes da Agência de Desenvolvimento da regional de Taió e pelos gestores dos municípios pertencentes a essa agência e servir como uma das bases para avaliação de ações e projetos governamentais para captação de recursos que possibilitem o desenvolvimento regional sustentável visando o bem estar social dos residentes nos municípios pesquisados.

Discorrer-se-á sobre o índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) de cada município que compõe a Agência de Desenvolvimento Regional ora estudada, índice esse que é uma medida baseada nas três dimensões do desenvolvimento humano que são: longevidade, educação e renda sendo uma adaptação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a nível municipal realizada pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e Fundação João Pinheiro.

A metodologia utilizada foi a pesquisa documental e bibliográfica a textos que abordam a temática e o acesso a sítios de pesquisa na rede mundial de computadores.

## 2. REVISÃO LITERÁRIA

### 2.1 AS AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Por intermédio da Lei Complementar n. 381, de 7 de maio de 2007, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública, auferimos o conceito basilar do que vêm a ser as Agências de Desenvolvimento Regional. Senão vejamos:

Art. 2º A estrutura organizacional da Administração Pública Estadual será organizada em dois níveis: I - o nível Setorial, compreendendo as Secretarias Setoriais e suas entidades vinculadas, que terão o papel de planejar e normatizar as políticas públicas do Estado, voltadas para o desenvolvimento regional, específicas de suas áreas de atuação, exercendo, com relação a elas, a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional; e II - **o nível Regional, compreendendo as Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional, atuando como agências de desenvolvimento, que terão o papel de executar as políticas públicas do Estado, nas suas respectivas regiões, cabendo-lhes a supervisão, a coordenação, a orientação e o controle, de forma articulada com as Secretarias de Estado Setoriais e as estruturas descentralizadas da Administração Indireta do Estado.**

§ 1º Para os fins do disposto nesta Lei Complementar, Agência de Desenvolvimento Regional é o órgão descentralizado da estrutura do Estado capaz de induzir e motivar o engajamento, a integração e a participação da sociedade organizada para, de forma planejada, implementar e executar políticas públicas e viabilizar instrumentos de desenvolvimento econômico sustentável para a geração de novas oportunidades de trabalho e renda, promovendo a equidade entre pessoas e entre regiões (grifou-se).

Como se vê, a supracitada lei complementar evidencia como um dos vetores das Secretarias de Desenvolvimento Regional sua atuação como agências de desenvolvimento.

Acerca do processo de criação das Secretarias de Desenvolvimento Regional, faz-se pertinente mencionar que:

A Agenda Pública para o Desenvolvimento em Santa Catarina está materializada no funcionamento de 36 Secretarias de Desenvolvimento Regional - SDR, cujo processo de criação inicia em 2003, ano em que são criadas as primeiras vinte e nove SDR. O propósito geral foi o de instaurar uma nova organização governamental, de caráter regional, com a finalidade

de descentralizar as funções administrativas, desconcentrar a máquina pública e potencializar a regionalização do desenvolvimento, atacando inclusive as desigualdades entre elas. A proposta se transformou em lei, aprovada por unanimidade do parlamento catarinense. A criação das SDR é acompanhada, em cada região de abrangência, por um Conselho de Desenvolvimento Regional – CDR. De caráter deliberativo, é um órgão de deliberação coletiva, de aconselhamento, orientação e formulação de normas e diretrizes gerais para a execução de Programas voltados ao desenvolvimento regional. Sua constituição é formada por membros natos, representados pelo secretário de Desenvolvimento Regional, pelos prefeitos da região de abrangência, presidentes das Câmaras de Vereadores e dois representantes por municípios da região de abrangência, membros da Sociedade Civil Organizada (BIRKNER, ET AL, 2011, p. 54-55)

Atualmente, estão em funcionamento, de acordo com dados extraídos do site oficial do Governo do Estado de Santa Catarina, trinta e cinco Agências de Desenvolvimento Regional, a saber: Araranguá, Blumenau, Braço do Norte, Brusque, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Dionísio Cerqueira, Ibirama, Itajaí, Itapiranga, Ituporanga, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Mafra, Maravilha, Palmitos, Quilombo, Rio do Sul, São Joaquim, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Seara, Taió, Timbó, Tubarão, Videira, Xanxerê.

### **2.1.1 A Agência de Desenvolvimento Regional de Taió**

Inicialmente, cumpre-nos esclarecer que a Agência de Desenvolvimento Regional de Taió abrange os seguintes municípios: Mirim Doce, Pouso Redondo, Rio do Campo, Salete, Santa Terezinha, e Taió que fazem parte da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI).

O município de Mirim Doce, cujo nome originou-se da abelha mirim que produz mel azedo e naquele local o mel produzido era doce, emancipou-se da cidade de Taió em 26 de setembro de 1991 e teve sua instalação em 1 de janeiro de 1993.

Pouso Redondo, cujo nome originou-se de uma clareira de forma arredondada onde tropeiros que conduziam seus gados paravam para descanso, emancipou-se da cidade de Rio do Sul em 21 de junho de 1958 e teve sua instalação em 23 de julho de 1958

Rio do Campo emancipou-se da cidade de Taió em 20 de dezembro de 1961 e teve sua instalação em 29 de dezembro de 1961

Salete, cujo nome originou-se da “rainha dos céus”, Nossa Senhora de Salete, emancipou-se da cidade de Taió em 29 de dezembro de 1961 e teve sua instalação na mesma data.

Santa Terezinha emancipou-se do município de Itaiópolis em 26 de setembro de 1991 e teve sua instalação em 1 de janeiro de 1993.

Taió, cujo nome de origem, segundo sitio oficial da Prefeitura Municipal, tem duas versões, uma de que Taió na língua indígena significa “pedra grande” ou “morro grande”, talvez em alusão ao morro do funil que pertencia ao município e outra da planta “taiá” pela abundancia na região e que era apreciada pelos indígenas, emancipou-se do município de Rio do Sul em 30 de dezembro de 1948 e teve sua instalação em 12 de dezembro de 1949.

Na tabela a seguir mostra-se cada município com suas respectivas áreas e população, segundo censo demográfico de 2010 e população estimada em 2016.

**Tabela 1** – Área e população dos municípios da ADR de Taió.

MUNICIPIO	ÁREA (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO	POPULAÇÃO ETIMADA (2016)
Taió	692,883	17.260	18.161
Pouso Redondo	359,393	14.810	16.692
Santa Terezinha	715,263	8.767	8.855
Salete	179,347	7.370	7.614
Rio do Campo	506,249	6.192	6.078
Mirim Doce	335,725	2.513	2.399

Fonte: IBGE, 2017

## 2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento durante muito tempo foi sinônimo de crescimento econômico, conforme preconiza Peñafiel e Radomsky (2013, p. 16) “Para observar se um país ou uma região eram desenvolvidos, bastava apenas observar se a renda *per capita* da população ou o Produto Interno Bruto(PIB) da nação era considerado satisfatório.”

Todavia desenvolvimento vai muito além de um simples crescimento econômico, principalmente em se tratando de desenvolvimento sustentável. Para Mikhailova (2004, p.26) “Desenvolvimento sustentável é aquele que melhora a

qualidade da vida do homem na Terra ao mesmo tempo em que respeita a capacidade de produção dos ecossistemas nos quais vivemos.”

Peñafiel e Radomsky (2013, p. 161) também apontam que desenvolvimento sustentável “[...] é o desenvolvimento capaz de garantir as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas necessidades.”

Diante do apresentado não se pode negar que o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável busca satisfazer as necessidades reais do mundo atual em seus anseios pelo desenvolvimento equilibrado, ou seja, uma distribuição justa dos benefícios obtidos pelo crescimento econômico que em tempos passados era tido como sinônimo de desenvolvimento.

### 2.3 O INDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Uma das características dos indicadores como um todo é o fato deles não serem apresentados como um valor estatístico em si, e sim como expressão parcial do aspecto a ser estudado, de uma realidade bem mais complexa.

As obras que tratam sobre o tema fazem referência aos principais tipos de indicadores.

Nesse contexto, Siedenberg expõe que:

[...] é possível diferenciar indicadores de desenvolvimento de acordo com o tipo de informações que propiciam e conforme sua capacidade de representar tecnicamente os objetivos do desenvolvimento. Segundo o Unrisd (1984), é possível diferenciar entre: – Indicadores per capita: estes indicadores exprimem médias estatísticas em relação ao que eles medem diretamente (pela divisão de medidas agregadas pela população estimada). São indicadores de caráter mais econômico e desconsideram classes de distribuição. Exemplos: renda per capita, consumo de calorias por habitante. – Indicadores percentuais: estes indicadores exprimem, em relação ao que eles medem diretamente, os percentuais que determinados grupos detêm ou não em relação a um aspecto específico. São, basicamente, indicadores de caráter social e consideram classes de distribuição. Exemplos: concentração/distribuição da renda, alfabetização. – Indicadores estruturais: são indicadores que, apesar de também apresentarem os dados que quantificam em percentuais, não representam metas de desenvolvimento, ou seja, não têm como objetivo implícito atingir 100% ou 0% nos casos ideais; apenas demonstram determinada estrutura. Exemplo: estrutura etária, classificação por sexo (SIEDENBERG, 2003, p. 58-59).

Dentre esses indicadores de desenvolvimento temos o IDH que é a sigla para Índice de Desenvolvimento Humano que Segundo o PNUD – Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento, o Índice de Desenvolvimento Econômico – IDH é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde, sendo que o objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

Para Moysés (2000, p. 11)

O IDH procura espelhar, além da renda, mais duas características desejadas e esperadas do desenvolvimento humano: a longevidade de uma população (expressa pela sua esperança de vida ao nascer) e o grau de maturidade educacional (que é avaliado pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino).

De acordo com Michels; Oliveira; Wollenhaupt, o índice de desenvolvimento humano:

[...] foi criado para medir o grau de acesso da população aos benefícios obtidos pelo crescimento econômico, ou seja, quando os indicadores de crescimento econômico de um país estão em evolução, benefícios. Podemos exemplificar pela distribuição de renda independente do valor da renda per capita, pois esta nos mostra uma média e não a sua distribuição. Somente haverá desenvolvimento se a população tiver acessos a esses benefícios. (MICHELS; OLIVEIRA; WOLLENHAUPT, 2013, p.155),

Segundo Scarpin (2006) em sua tese de doutorado, tendo o IDH alcançado sucesso, as Nações Unidas, valendo-se deste, foram capazes de sinalizar aos governantes dos diversos países e regiões em desenvolvimento, a hipótese de que buscar crescimento não é sinônimo exclusivo de fazer aumentar o produto interno bruto.

O mesmo Scarpin segue afirmando que

A construção desse indicador de desenvolvimento reflete a estreita relação com os debates em torno da mensuração da qualidade de vida. A rigor, um indicador sobre esse tema se baseia na admissão de que a qualidade de vida não se resume à esfera econômica da experiência humana (SCARPIN, 2006, p. 8)

Cumpramos ressaltar que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estipula que o Índice de Desenvolvimento Humano vá de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Quanto mais próximo de um, mais desenvolvido é o local analisado. O próprio PNUD estipula faixas que caracterizam o Índice de Desenvolvimento Humano em muito baixo de 0,000 a 0,499, baixo de 0,500 a 0,599, médio 0,600 a 0,699, alto de 0,700 a 0,799 e muito alto de 0,800 a 1,000.

Diante do exposto vemos que o IDH é um indicador socioeconômico que busca mensurar a questão do desenvolvimento não somente pela questão econômica, mas também por questões de cunho social como educação e saúde.

### **2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**

Segundo o site Atlas Brasil.org, O IDHM é uma adaptação da metodologia do IDH global para os municípios brasileiros, a qual foi idealizado, em 2012, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil (PNUD Brasil), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pela Fundação João Pinheiro.

Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos Censos Demográficos do IBGE, 1991, 2000 e 2010 e são esses períodos que serão compreendidos para o estudo contido nesse trabalho.

## **3. METODOLOGIA DA PESQUISA**

A definição de pesquisa científica pode ser entendida, segundo Gil (1996, p. 19) como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” (apud CASARIN E CASARIN, 2012, p.28).

A metodologia utilizada nesse trabalho foi a pesquisa documental e bibliográfica, sendo que a coleta de dados se deu através de levantamento primário e secundário.

Segundo Casarin e Casarin (2012, p. 46)

As pesquisas documentais e bibliográficas são realizadas por meio de documentação escrita ou de algum tipo de registro, como filme, fotografias etc. A primeira categoria utiliza qualquer tipo de documentação que possa fornecer dados para pesquisa, como registros oficiais, dados estatísticos, relatórios e materiais audiovisual. A pesquisa bibliográfica por sua vez, faz uso de artigos, teses, dissertações, livros etc, escritos por outros autores sobre o tema em questão.

Para Lakatos e Marconi (2001, p. 43) “Os documentos de fonte primária são aqueles de primeira mão, provenientes dos próprios órgãos que realizam as observações.”

Os mesmos autores seguem afirmando que “A pesquisa bibliográfica ou de fontes secundárias [...] Trata-se de levantamento de toda bibliografia já publicada, em



forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita.” (LAKATOS E MARCONI, 2001, p. 43-44)

A revisão literária deu-se através de pesquisas em livros, sites, legislação e artigos que abordam o tema apresentado.

Os dados foram coletados através das informações obtidas na pesquisa junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro, são os responsáveis pela elaboração dos relatórios de apresentação do IDH.

O universo da pesquisa é formado pelos municípios que compõem a Agência de Desenvolvimento Regional de Taió.

Os resultados obtidos com a pesquisa foram apresentados por forma textual, de tabelas e gráficos e foram organizados em cinco capítulos, sendo que no primeiro capítulo fez-se a introdução; no segundo capítulo abordou-se a revisão literária; o terceiro capítulo coube a metodologia da pesquisa; no quarto capítulo apresentou-se a análise dos dados e, por fim, no quinto capítulo deu-se espaço as considerações finais.

#### 4. ANÁLISE DOS DADOS

Considerando que o PNUD estipulou faixas que caracterizam o Índice de Desenvolvimento Humano em “muito baixo” de 0,000 a 0,499, “baixo” de 0,500 a 0,599, “médio” 0,600 a 0,699, “alto” de 0,700 a 0,799 e “muito alto” de 0,800 a 1,000, fez-se uma escala de cores a fim que pudesse melhor visualizar o comparativo entre as faixas, sendo a seguinte:

**Tabela 2** – Escala de cores para comparativo das faixas de caracterização do IDHM.

Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
0,000 a 0,499	0,500 a 0,599	0,600 a 0,699	0,700 a 0,799	0,800 a 1,000

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do PNUD.

Contextualizado o cenário em estudo, veja-se a análise específica do indicador socioeconômico IDHM da Agência de Desenvolvimento Regional de Taió.

Os municípios que compõe a Agência de Desenvolvimento Regional de Taió ocupam as seguintes posições no IDHM do estado de Santa Catarina, baseado no censo de 2010:

**Tabela 3** – Posição dos municípios da ADR de Taió no estado em relação ao IDHM.

MUNICÍPIO	IDHM	POSIÇÃO NO ESTADO
Taió	0,761	66°
Salete	0,744	113°
Rio do Campo	0,729	160°
Pouso Redondo	0,720	180°
MirimDoce	0,708	207°
Santa Terezinha	0,669	271°

Fonte: Elaborada pela autora com dados obtidos do site [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)

Como se viu na tabela 3, entre todos os municípios que compõem a agência regional estudada, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município de Taió merece destaque, sendo o mais alto, com IDHM de 0,761, ocupando a 66° posição de um total de 295 municípios no estado sendo que o 1° colocado no estado é o município de Florianópolis que possui IDHM de 0,847 estando na faixa “muito alto”.

Percebeu-se, analisando a tabela, que cinco dos seis municípios situam-se na faixa de IDHM alto, com exceção de Santa Terezinha que se encontra na faixa de IDHM médio e na 271° posição em um total de 295 municípios em Santa Catarina.

A seguir analisou-se a evolução desse indicador no período compreendido entre os anos de 1991 a 2010.

**Tabela 4** – Evolução do IDHM entre 1991 e 2010.

Fonte: Elaborada pela autora com dados obtidos do site [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)

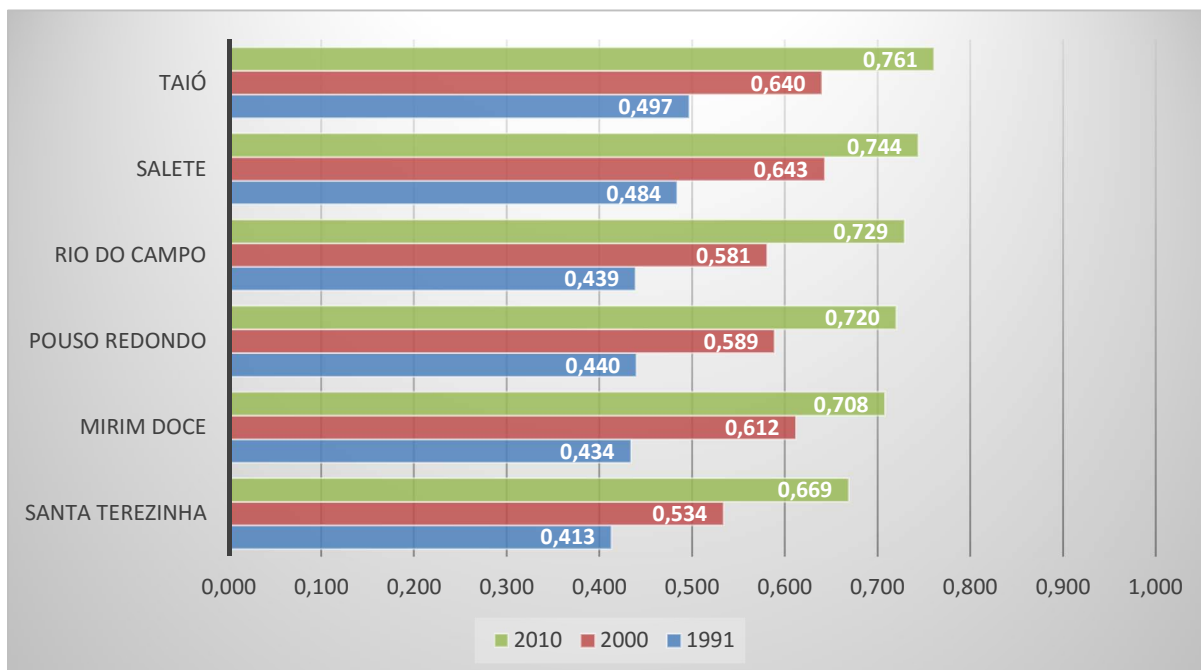
Analisando a tabela 4 se pode tirar algumas informações interessantes referente a evolução do indicador IDHM dos municípios ora estudados.

Num olhar atento à tabela percebeu-se que no primeiro ano de medição do indicador, que foi o ano de 1991, todos os seis municípios da ADR de Taió estavam na faixa crítica do IDHM que é a faixa de caracterização “muito baixa”. No segundo ano de medição que foi o ano 2000 houve uma grande melhora no indicador, onde todos os seis municípios tiveram evolução em seus índices, sendo que três deles (Taió, Salete e Mirim Doce) pularam da faixa “muito baixo” diretamente para faixa

MUNICIPIO	IDHM		
	1991	2000	2010
Taió	0,497	0,640	0,761
Salete	0,484	0,643	0,744
Rio do Campo	0,439	0,581	0,729
Pouso Redondo	0,440	0,589	0,720
Mirim Doce	0,434	0,612	0,708
Santa Terezinha	0,413	0,534	0,669

“médio”, não passando pelo faixa “baixo”. No ano de 2010 houve uma nova melhora, sendo que dos seis municípios, cinco passaram para a faixa “alta” do indicador. Dessa vez os municípios de Rio do Campo e Pouso Redondo pularam a faixa “médio”, passando da faixa “baixo” diretamente para a faixa “alto”. Percebeu-se que somente o município de Santa Terezinha veio “respeitando” a sequência de faixa de evolução dos níveis do IDHM.

O gráfico 1 dá uma visão mais clara do acima exposto.

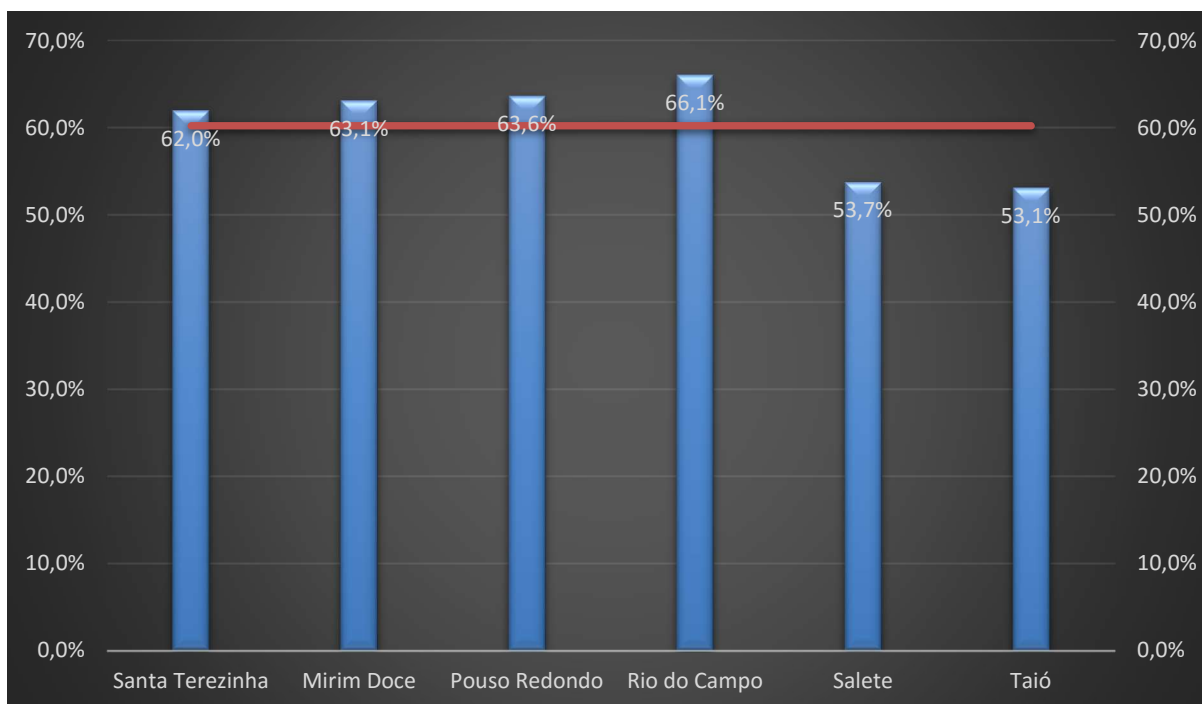
**Gráfico 1** – Evolução do IDHM entre 1991 e 2010.

Fonte: Elaborado pela autora com dados obtidos do site: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)

Também chamou atenção olhando o gráfico, o salto que o município de Mirim Doce deu do ano de 1991 para o ano 2000, passando do índice de 0,434 para 0,612, representando 41% de crescimento do índice no período. Cabe lembrar que o ano de 1991 foi o ano da primeira medição do índice, e também foi o ano que Mirim Doce teve sua emancipação política, assim como o município de Santa Terezinha.

O gráfico 2 mostra a evolução percentual do IDHM entre os anos de 1991 e 2010 dos municípios estudados.

**Gráfico 2** – Evolução percentual do IDHM de 1991 a 2010.



Fonte: Elaborado pela autora com dados obtidos do site: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)

Analisando o gráfico viu-se que o município de Rio do Campo foi o que obteve o maior aumento percentual entre o período indicado, ficando acima de 66% de evolução. Outra situação interessante nesse gráfico é que os municípios de Taió e Salete que são respectivamente o primeiro e o segundo município com maior IDHM na ADR estudada foram os que menos evoluíram percentualmente no período abordado, ficando abaixo de 55%, enquanto os outros municípios ficaram com evolução acima de 60%.

O município de Santa Terezinha, que em 2010 foi o único município da ADR de Taió que se encontrava na faixa “médio” do IDHM, vem demonstrando uma evolução a contento em relação aos municípios ora estudados. Grosso modo, se considerado uma média de evolução entre os seis municípios, ter-se-ia uma média de 60,3%, sendo que Santa Terezinha, juntamente com Mirim Doce, Pouso Redondo e Rio do Campo estariam acima da média.

Há de se atentar também que Taió, maior município da ADR e que em 2010 aparecia com o maior índice IDHM da regional, é o município que no período analisado teve a menor evolução dentre os seis municípios analisados, o que futuramente, e caso siga esse patamar de evolução, pode vir a ser ultrapassado por outros municípios, como Rio do Campo que teve a maior evolução percentual e em 2010 estava na terceira posição da regional.

Na tabela 5 compararam-se os componentes do cálculo do IDHM com intuito de buscar a contribuição de cada um deles no resultado final do indicador. Essa observação forneceu uma amostra do que poderá ser melhorado para que se busque uma evolução no índice nas próximas medições, tomando por base central o componente “mais problemático” para o indicador.

**Tabela 5** – Componentes que formam o IDHM.

Município	1991				2000				2010			
	IDHM	R	L	E	IDHM	R	L	E	IDHM	R	L	E
Taió	0,497	0,619	0,733	0,271	0,640	0,686	0,832	0,460	0,761	0,749	0,879	0,670
Salete	0,484	0,565	0,721	0,279	0,643	0,650	0,776	0,527	0,744	0,737	0,803	0,695
Rio do Campo	0,439	0,556	0,717	0,212	0,581	0,644	0,757	0,402	0,729	0,741	0,803	0,650
Pouso Redondo	0,440	0,567	0,751	0,200	0,589	0,653	0,814	0,384	0,720	0,728	0,857	0,598
Mirim Doce	0,434	0,545	0,742	0,202	0,612	0,610	0,787	0,478	0,708	0,683	0,821	0,633
Santa Terezinha	0,413	0,488	0,720	0,200	0,534	0,593	0,764	0,337	0,669	0,637	0,817	0,575

Fonte: Elaborada pela autora com dados obtidos do site [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)

Notas: R – Renda / L – Longevidade / E – Educação

A análise da tabela mostrou que do ano de 1991 para o ano 2000 e do ano 2000 para o ano 2010 houve evolução em todos os componentes de todos os municípios. Percebeu-se que o componente renda acompanha de perto o IDHM, com exceção do município de Taió, no ano de 1991 que, enquanto o IDHM apresentava 0,497 (faixa muito baixo), o componente renda apresentava índice 0,619 (faixa médio), sendo o maior dentre os seis municípios para esse ano.

Como destaque positivo percebeu-se claramente o componente longevidade que desde o ano 1991 vem mantendo-se acima da faixa “alto”. Já no ano 2000 os municípios de Taió e Pouso Redondo passaram para a faixa “muito alto” do índice longevidade, sendo que em 2010 todos os municípios da ADR alcançaram a faixa “muito alto”. Dessa forma ficou claro que a longevidade é o componente que fornece o maior peso positivo no resultado final do IDHM.

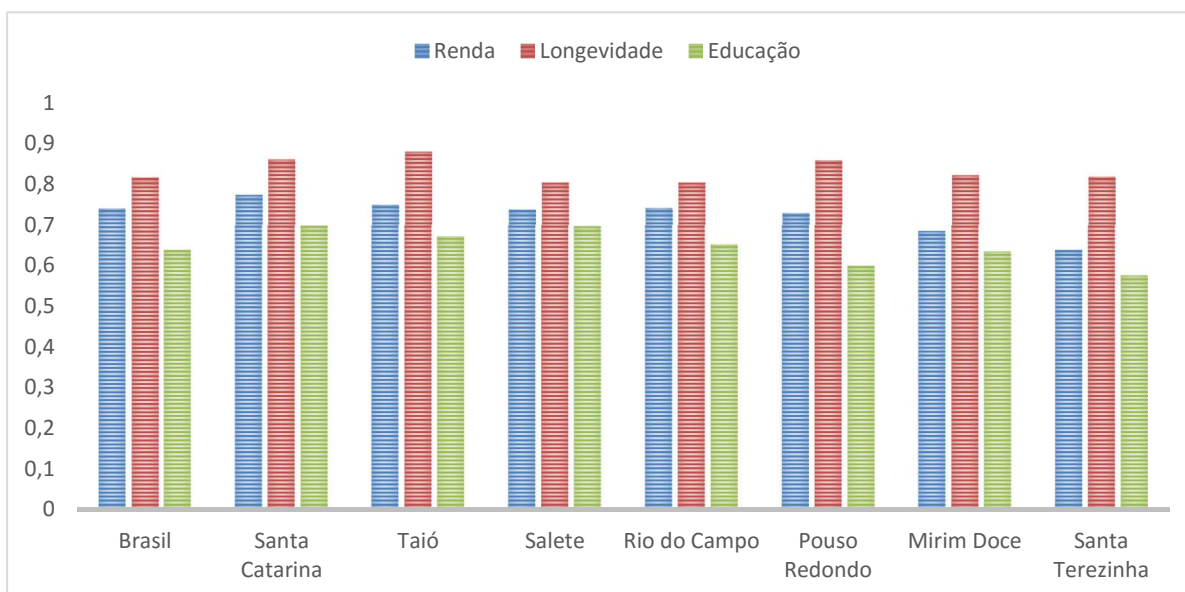
Se por um lado tem-se o componente longevidade que se apresentou em ótimo nível, por outro tem-se o componente educação que encontra-se em um nível preocupante. Se comparado os três anos de estudo, até percebeu-se uma evolução ano após ano, porém nada muito comemorável. O ano de 1991, que foi o primeiro ano

de medição do indicador, mostrou números alarmantes, sendo que nenhum município chegou a casa do 0,300. No ano 2000 esses números melhoraram um pouco, porém todos, com exceção do município de Salete, ficaram na faixa “muito baixo”. No ano de 2010 quatro municípios conseguiram avançar para a faixa “médio”. Somente Pouso Redondo e Santa Terezinha ficaram na faixa “baixo”.

O componente educação, ao contrário do componente longevidade, oferece peso negativo no resultado final do IDHM.

Posteriormente comparou-se os três componentes do IDHM através do gráfico 3 para uma melhor visualização do exposto. Utilizou-se somente o ano de 2010 para a comparação, porém foi incluído o IDHM médio do Brasil e de Santa Catarina a fim de que se pudesse apontar se os índices dos municípios da ADR de Taió estão compatíveis com a média do país e do estado ou se há uma discrepância entre eles.

**Gráfico 3** – Componentes do cálculo do IDHM – 2010.



Fonte: Elaborado pela autora com dados obtidos do site: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)

Conforme se percebeu no gráfico, a questão educação não é um problema somente dos municípios ora estudado, mas também de Santa Catarina como um todo e do Brasil.

**Tabela 6** – Evolução em números absolutos dos componentes do IDHM.

Município	Renda				Longevidade				Educação			
	1991	2000	2010	Absoluto	1991	2000	2010	Absoluto	1991	2000	2010	Absoluto
Taió	0,619	0,686	0,749	0,130	0,733	0,832	0,879	0,146	0,271	0,460	0,670	0,399
Salete	0,565	0,650	0,737	0,172	0,721	0,776	0,803	0,082	0,279	0,527	0,695	0,416
Rio do Campo	0,556	0,644	0,741	0,185	0,717	0,757	0,803	0,086	0,212	0,402	0,650	0,438
Pouso Redondo	0,567	0,653	0,728	0,161	0,751	0,814	0,857	0,106	0,200	0,384	0,598	0,398
Mirim Doce	0,545	0,610	0,683	0,138	0,742	0,787	0,821	0,079	0,202	0,478	0,633	0,431
Santa Terezinha	0,488	0,593	0,637	0,149	0,720	0,764	0,817	0,097	0,200	0,337	0,575	0,375

Fonte: Elaborada pela autora com dados obtidos do site: [www.atlasbrasil.org.br](http://www.atlasbrasil.org.br)

Visualizando a tabela 6 percebeu-se que nem tudo está perdido. Apesar do componente educação estar em uma situação preocupante em relação a composição do IDHM, é também o componente que teve a maior evolução em números absolutos do ano de 1991 até o ano 2010.

Pegamos como exemplo o município de Mirim Doce que no ano de 1991 para o ano 2010 teve uma evolução em números absolutos da renda de 0,138; da longevidade de 0,079 e na educação de 0,431. Assim também ocorreu com os outros cinco municípios.

Isso pode ter se dado em virtude do componente educação encontrar-se em um patamar do índice de IDHM muito baixo, sendo que seria, digamos natural, essa evolução em números absolutos maior que os outros componentes, ao contrário da longevidade que por já estar em uma faixa que praticamente acompanha o IDHM, seria natural uma evolução mais desacelerada em números absolutos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão buscou explorar e refletir sobre a importância do indicador Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para determinar vetores de desenvolvimento da Agência de Desenvolvimento Regional de Taió.

Quando se comparou o cenário da posição dos municípios da ADR de Taió em relação ao estado de Santa Catarina, teve-se que os municípios de Taió, Salete, Rio do Campo, Pouso Redondo e Mirim Doce estão bem posicionados, situando-se na



faixa “alta” do indicador. Porém o município de Santa Terezinha encontrou-se “desapartado” de seus pares na regional, figurando-se na faixa “médio” do IDHM e posição 271 de 295 municípios no estado.

Pode-se alertar o poder público do município de Santa Terezinha para que busque as dificuldades e que as corrija a fim de se adequar à média da região figurando na faixa “alta” ou superior.

A evolução do IDHM do ano de 1991 para o ano de 2010 pode ser considerada como positiva, haja vista que todos os seis municípios, com exceção de Santa Terezinha, saíram da faixa “muito baixa” para a faixa “alta” nesse período.

Mesmo Santa Terezinha não estando na faixa “alta” do indicador, não dá para negar que vem evoluindo ano após ano, tanto que a evolução percentual do município nesse período ficou acima da média da ADR. Mesmo assim é aconselhável um olhar atendo do poder público do município para uma evolução mais acentuada do indicador.

Todavia, o poder público dos municípios de Taió e Salete também devem se atentar a evolução de seus indicadores haja vista que os mesmos ficaram abaixo da média da ADR ora estudada, considerando o período de 1991 a 2010.

Por fim, quando se comparou os componentes da composição do IDHM, teve-se a longevidade como fator positivo no índice final. No entanto o componente educação é um fator que requer uma observação mais atenta do poder público dos municípios ora estudados, sendo que o mesmo é o componente que possui o fator mais negativo no índice. Apesar do componente ter uma maior evolução em números absolutos do ano de 1991 para o ano 2010, ainda é um índice aquém das necessidades dos municípios estudados.

No entanto, apesar do índice de educação estar aquém das expectativas, nota-se se que se encontra na média do estado de Santa Catarina e do Brasil, porém, mesmo estando na média do estado e do país, não se pode considerar isso como fator positivo, mas sim que tanto os municípios ora estudados quanto Santa Catarina e Brasil como um todo precisam melhorar esse componente tão importante para o desenvolvimento de um povo.

Cabe ressaltar que o IDHM é medido nos anos em que há censo demográfico no Brasil, ou seja, a cada dez anos. Assim sendo, como o último censo foi em 2010, temos aí dados referentes há sete anos.

No próximo IDHM que será realizado daqui a três anos, pode-se ter mudança nos números aqui apresentados, e espera-se que sejam mudanças positivas tanto para os municípios ora estudados como para o país num todo.

Conclui-se que em relação ao IDHM, os municípios da Agência de Desenvolvimento Regional de Taió encontram-se em um patamar satisfatório considerando que dos seis municípios, cinco estão na faixa “alta” do indicador. Apesar do município de Santa Terezinha ser o único da ADR a estar na faixa “médio”, vem apresentando evolução a cada medição.

Contudo mesmo o IDHM dos municípios ora estudado ser considerado satisfatório, o componente educação merece especial atenção dos gestores municipais haja vista que o mesmo se apresenta como o mais baixo dentre os três componentes ficando aquém de um conceito considerado satisfatório.

O objetivo desse artigo não se finda neste estudo, notadamente porque enseja outras pesquisas que podem ser feitas para complementar as exposições ora trazidas a lume.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO ITAJAÍ, Municípios associados. Disponível em: <<https://www.amavi.org.br/perfilmunicipal>> Acesso em: 20 mai. 2017.

ATLAS BRASIL, O atlas, IDHM. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/idhm/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/)> Acesso em: 27 mai. 2017.

\_\_\_\_\_, Home. Disponível em: <<http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>> Acesso em: 28 mai. 2017.

BIRKNER, Walter Marcos Kaesel, BOELL, Adilson, RUDNICK, Luciane Tischler. **Secretarias de Desenvolvimento Regional de Santa Catarina - Avaliação Parcial: Período 2007/2008**. Revista Húmus, São Luiz, MA. n. 2, p. 53-72, mai./jun./jul./ago., 2011. Disponível em: <<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/download/1631/1293>> Acesso em: 12 mai. 2017.

CASARIN, Helen de Castro Silva; CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

GOVERNO DE SANTA CATARINA, Regionais. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/index.php/regionais>> Acesso em: 19 mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 20 mai. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MICHELS, Erico; OLIVEIRA, Ney; WOLLENHAUPT, Sandro. **Fundamentos da economia**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

MIKHAILOVA, Irina. **Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática**. Revista Economia e Desenvolvimento, Santa Maria, RS. n. 16, p. 22-41, 2014. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442>> Acesso em: 21 mai. 2017.

MOYSÉS, Samuel Jorge. **Desigualdades em saúde bucal e desenvolvimento humano: um ensaio em preto, branco e alguns tons de cinza**. Revista Brasileira de Odontologia em Saúde Coletiva, v. 1, n. 1, p. 7-17, 2000. Disponível em: <<http://www.universidadesaudavel.com.br/wp-content/uploads/ARTIGOS/Moyses-RBOSC-v1-n1.pdf>> acesso em: 24 mai. 2017.

MUNICÍPIO DE TAIÓ, História do município. Disponível em: <<http://www.taio.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/21289#.WTCYcOvyvIU>> Acesso em: 20 mai. 2017.

PENAFIEL, Adriana; RADOMSKY, Guilherme. **Desenvolvimento e sustentabilidade**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, IDH. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>> Acesso em: 24 mai. 2017.

SANTA CATARINA. Lei Complementar n. 381, de 7 de maio de 2007 (Texto atualizado pela LC 534, de 20/04/2011, última atualização em 12/08/2015). Dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual. **Diário Oficial do Estado n. 18.116**. Florianópolis, SC, 7 mai., 2007. Disponível em: <[http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/legislacao](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/legislacao)> Acesso em: 12 mai. 2017.

SCARPIN, Jorge Eduardo. **Estudo dos fatores condicionantes do Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios do estado do Paraná**: instrumento de controladoria para a tomada de decisões na gestão governamental. 2006. 402 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-24052006-145759/pt-br.php>> Acesso em: 14 mai. 2017.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. **Indicadores de desenvolvimento socioeconômico**: Uma Síntese. Revista Desenvolvimento em questão: Editora Unijuí, Ijuí, RS. v. 1, n. 1, p. 45-71, 2003. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67/24>> Acesso em: 21 mai. 2017.